
**The
Beauty of
HOLINESS**

A SPIRIT-FILLED LIFE. A HOLY CALLING.

CONFERÊNCIA GERAL DA IGREJA METODISTA GLOBAL DE 2026

Quinta-feira, 3 de setembro

DIÁRIO OFICIAL

Comitês legislativos · Sessão Plenária
Centro de Convenções de Sandton, Joanesburgo

ÍNDICE

Programa de hoje	2
Alterações e correções	3
Minutas da Sessão Plenária	5
Petições a analisar	9
Conferências	9
Constituição, Organização Conexional e Finanças	10
Doutrinas e Sacramentos	18
Administração Judicial	19
Igreja Local	19
Ministério	22
Testemunho Social	24
Superintendência	24

KUDO



Sessão Plenária

PROGRAMA DE HOJE — QUINTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO

6:30 AM – 7:00 AM	Alojamento fora do local do evento GC26 Shuttle
6:45 AM – 9:30 AM	Hotéis com serviço de transporte para o GC26
7:00 AM – 8:00 AM	Pausa de chegada
7:00 AM – 6:00 PM	Abertura do Pavilhão de Exposições
7:00 AM	Comité da Agenda
7:30 AM – 9:00 AM	Inscrições e Hospitalidade
7:30 AM	Serviço de transporte para a Formação para o Clero e a Liderança (Experiência Missionária)
7:45 AM	Oração de Consagração
7:45 AM	Abertura das portas para o culto
8:15 AM – 9:20 AM	Adoração O reverendo Luciano Pereira Da Silva pregando SANTIFICAÇÃO TOTAL: PERDOADOS E LIVRES 1 Coríntios 2:9-3:4
9:00 AM – 1:00 PM	Formação para o Clero e a Liderança (Experiência Missionária) — Soweto
9:20 AM – 9:30 AM	Transição
9:30 AM – 10:30 AM	Sessão plenária
10:30 AM – 11:00 AM	Pausa
11:00 AM – 12:00 PM	Sessão plenária
11:30 AM	Serviço de transporte para a distribuição de material escolar e ministério de oração (Experiência missionária)
11:30 AM	Serviço de transporte para o Acampamento Bíblico Infantil (Experiência Missionária)
11:30 AM	Transporte para as discussões sobre o discipulado cristão (Experiência Missionária)
12:00 PM	Assinatura da Aliança com a Igreja Metodista Coreana
12:30 PM – 1:30 PM	Almoço dos Bispos para Convidados Ecuménicos e Parceiros da Aliança
12:30 PM – 1:45 PM	Almoço servido no local para quem tem o plano de refeições
12:30 PM – 2:00 PM	Hotéis com serviço de transporte para o GC26
1:00 PM	O autocarro regressa da Formação para o Clero e a Liderança
1:00 PM – 4:30 PM	Distribuição de material escolar e ministério de oração (Experiência missionária)
1:00 PM – 5:00 PM	Acampamento Bíblico Infantil (Experiência Missionária)
1:00 PM – 5:00 PM	Discussões sobre o Discipulado Cristão (Experiência Missionária)
1:15 PM	Oração de Consagração
1:30 PM – 5:00 PM	Conselho de Recurso
1:45 PM – 3:15 PM	Sessão plenária
3:15 PM – 3:45 PM	Pausa
3:45 PM – 5:30 PM	Sessão plenária
4:30 PM	Regresso do autocarro da distribuição de material escolar e do ministério de oração
5:00 PM	Serviço de transporte de regresso do Acampamento Bíblico Infantil
5:00 PM	Serviço de transporte de regresso das Discussões sobre o Discipulado Cristão
5:30 PM – 6:00 PM	Cerimónia em honra dos bispos, incluindo os bispos que se aposentam: Scott Jones, Kimba Evariste, Jeff Greenway e Kenneth Levingston
6:00 PM	Recepção para os bispos
6:00 PM – 9:30 PM	Hotéis com serviço de transporte para o GC26
6:30 PM	Jantar por conta própria ou jantares da delegação
7:30 PM	Ensaio da Consagração
8:00 PM	Alojamento fora do local do evento GC26 Shuttle

ALTERAÇÕES E CORREÇÕES

CORREÇÃO DAS PETIÇÕES A ANALISAR

Três petições referidas em edições anteriores são objeto de uma decisão do Comité que, entretanto, sofreu alterações. Em cada caso, a ação indicada estava correta tal como foi registada na altura; entretanto, o registo foi alterado.

Petição n.º 1077 — Esclarecer a interpretação inclusiva dos Sermões e notas de Wesley (página 46 do Relatório)

- Conforme noticiado no Diário Oficial desta terça-feira, a proposta foi apoiada conforme emendada, com um resultado de: 45 Sim / 3 Não / 2 Abstenções. Correto: Apoiada como original. A votação mantém-se inalterada, assim como o texto da petição: a alteração introduzida pelo Comité incidiu sobre a justificação da petição, que não faz parte do texto aprovado.

Petição n.º 1131 — Requisitos académicos para a Ordenação (Relatório, página 253)

- Conforme noticiado no Diário Oficial desta terça-feira, a proposta foi apoiada conforme emendada, com um resultado de: 57 Sim / 1 Não / 1 Abstenção. Correto: Apoiada conforme emendada, com um resultado de: 31 Sim / 13 Não / 4 Abstenções.
- Desde a publicação desse relatório, o Comité também introduziu novas emendas à petição. Foram introduzidas duas alterações à emenda publicada na terça-feira; o restante mantém-se tal como foi publicado.
- Foram retiradas, desde esse relatório, as seguintes áreas de estudo: História do Cristianismo até à Reforma; História do Cristianismo, da Reforma até ao Presente; Apologética; Discipulado Wesleyano e Formação Espiritual; Liderança Cristã e Resolução de Conflitos; uma disciplina adicional sobre o Antigo Testamento; uma disciplina adicional sobre o Novo Testamento; Ministério do Espírito Santo.
- Adicionado desde esse relatório: «A Junta do Ministério deverá exercer o seu poder discricionário para conceder equivalência a estes requisitos com base na experiência de vida ou na formação académica aplicáveis. Estas exceções não devem exceder 20 % dos requisitos globais em matéria de formação. Em casos excecionais, os candidatos podem apresentar uma petição à sua Junta do Ministério local para obter créditos de equivalência com base na experiência de vida ou na formação aplicável, no que diz respeito aos requisitos do curso de estudo. Os pedidos de equivalência do Curso de estudo só podem ser apresentados nas áreas de liderança, administração da Igreja ou Cuidado pastoral e não podem exceder 10 % do total dos requisitos do Curso de estudo. A Comissão do Ministério e do Ensino superior deverá fornecer, até 1 de maio de 2027, diretrizes às Juntas do Ministério relativas à equivalência. Os candidatos são incentivados a realizar uma consulta com um parceiro educativo aprovado pela Igreja Metodista Global para avaliar se a sua formação anterior, incluindo os cursos de licenciatura, pode satisfazer os requisitos de créditos para um programa conducente a um grau académico que os ajude a alcançar um nível mais elevado de aprendizagem e formação para o ministério.»

Petição n.º 1409 — Ligações Pactuais (página 61 do Relatório)

- Conforme informado no Daily Journal de quarta-feira: Apoiada conforme emendada: 51 Sim / 0 Não / 0 Abstenções. Corretamente: Apoiada conforme emendada: 53 Sim / 1 Não / 0 Abstenções. A emenda publicada na quarta-feira mantém-se inalterada e permanece tal como foi publicada.

INDICAÇÕES

CORREÇÕES AO TEXTO DO COMITÉ

MINUTAS DA SESSÃO PLENÁRIA

QUARTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2026

Antes da Sessão Plenária, os participantes da Conferência reuniram-se para o culto. O reverendo David Sablan, Jr. (Mega Manila) proferiu a mensagem intitulada «Santidade bíblica: chamados a uma vida santa», baseada em Levítico 19:2 e 20:7 e 1 Pedro 1:15–16.

O Bispo Jeff Greenway deu início à Sessão Plenária às 9h59 e leu Filipenses 2:1–11. O reverendo Bulelani Nontshakaza (África do Sul), superintendente da conferência da África do Sul, deu as boas-vindas à primeira Conferência Geral da Igreja Metodista Global a realizar-se em África, e a oração de abertura foi proferida em isiXhosa.

Norma Morrison (Alto Midwest), presidente do Comité da Agenda, apresentou a Agenda: petições dos Comités legislativos, o acordo de entendimento com a Igreja Metodista Coreana, uma ordem do dia às 12h00 para uma introdução ao processo de eleição episcopal, o início das eleições episcopais à tarde e o encerramento às 16h30 para a Celebração de África. A agenda foi aprovada por votação à mão levantada.

O reverendo Thadius Sales (Nordeste), presidente do Comité legislativo do Ministério, propôs a aprovação da Petição 1309, intitulada «Eslarecimento sobre a natureza do ministério ordenado e a relação do clero com a Igreja», que tinha sido removida da Agenda de Consentimento MIN-1A na terça-feira. A reverenda Laura Saffell (Allegheny West) propôs uma emenda ao texto do Comité, inserindo «autoriza os bispos a ordenar» em vez de «ordena» na frase que afirma o chamamento ao ministério, e alterando a frase seguinte para que passasse a ter a seguinte redação: «O bispo realiza a nomeação do clero para servir e o clero permanece responsável perante a doutrina, a disciplina e a missão da Igreja Metodista Global.» A Emenda Saffell foi aprovada por votação à mão levantada. A petição n.º 1309, na sua versão com emendas, foi aprovada por 354 votos a favor e 0 contra.

O reverendo Erik Grayson (Carolina do Sul) apresentou a seguinte moção:

Proponho a suspensão das regras para que possamos analisar a proposta de aliança entre a Igreja Metodista Global e a Igreja Metodista Coreana.

As regras foram suspensas por votação à mão levantada. A bispa Carolyn Moore, presidente da Comissão de Relações Ecuménicas, explicou que a Igreja Metodista Coreana oferece a mesma oportunidade de estabelecer uma relação de aliança que a Igreja Metodista da Costa Rica ofereceu em 2024, e que uma delegação composta por oito dos seus bispos estaria presente na quinta-feira para uma cerimónia de assinatura. Debbie Smalley (Costa Esmeralda do Alabama) apresentou a seguinte moção:

Proponho, com grande satisfação, que aprovemos a adoção do acordo de entendimento entre a Igreja Metodista Global e a Igreja Metodista Coreana, tal como consta na página seis do Diário Oficial de hoje.

O reverendo Leo Park (Nordeste) manifestou-se a favor. O acordo de entendimento entre a Igreja Metodista Global e a Igreja Metodista Coreana foi afirmado por unanimidade, por votação à mão levantada.

O Bispo Greenway convidou Linda Davis, coordenadora de resposta a catástrofes da Comissão para o Avanço do Reino, os dois delegados do Nepal e os membros da comissão a aproximarem-se, e a Sra. Davis rezou pelo povo do Nepal. O Bispo Greenway declarou o recesso da sessão às 10h32.

PAUSA

A sessão foi reconvocada às 11h00. O reverendo Jimmy Towson (Sul da Geórgia), presidente do Comité Legislativo de Administração Judicial, apresentou os seguintes pontos para apreciação:

As decisões do Comité relativas às petições n.ºs 1114, 1327 e 1045, tal como corrigidas na página 4 do «Diário Oficial» de terça-feira, foram aprovadas por votação à mão levantada.

A Agenda de Consentimento JUD-2B foi aprovada por votação à mão levantada, tendo as petições nela incluídas sido rejeitadas.

A petição n.º 1414 foi aprovada por 359 votos a favor e nenhum contra.

A recomendação do Comité no sentido de não aprovar a Petição n.º 1284 foi adotada por 343 votos a favor e 13 contra.

O reverendo Clark Atkins (Trinity), presidente do Comité legislativo para a Constituição, Organização Conexional e Finanças, apresentou os seguintes pontos para apreciação. A pedido de Sam Gregory (West Plains), apoiado por dez delegados, as petições n.ºs 1065 e 1217 foram removidas da Agenda de Consentimento CCOF-2A.

A Agenda de Consentimento CCOF-2A, na sua versão reduzida, foi aprovada por votação à mão levantada.

A Agenda de Consentimento CCOF-2B foi aprovada por votação à mão levantada, tendo as petições nela incluídas sido rejeitadas.

A petição n.º 1134 foi aprovada, por 342 votos a favor e 11 contra, entrando em vigor de imediato.

A recomendação do Comité no sentido de não aprovar a Petição n.º 1316 foi adotada por 341 votos a 1.

O reverendo Matt O'Reilly (Norte do Alabama), presidente do Comité legislativo de Doutrinas e Sacramentos, apresentou os seguintes pontos para apreciação, tendo a Petição 1331 sido retirada da Agenda de Consentimento DS-2A a pedido do Comité:

A Agenda de Consentimento DS-2A foi aprovada por votação à mão levantada.

A Agenda de Consentimento DS-2B foi aprovada por votação à mão levantada, tendo as petições nela incluídas sido rejeitadas.

Relativamente à Petição n.º 1443, o reverendo Chris Gadlage (Great Lakes) perguntou se a Regra Restritiva se aplicava; o reverendo Tom Lambrecht (Trinity), secretário da Conferência Geral, respondeu que esta se aplica aos próprios Padrões doutrinários e não aos parágrafos explicativos da Primeira Parte. A petição n.º 1443, na sua versão emendada, foi aprovada por 359 votos a favor e 5 contra.

O reverendo Brandon Nichols (Virgínia), presidente do Comité Legislativo da Igreja Local, apresentou os seguintes pontos para apreciação:

A Agenda de Consentimento LC-2A foi aprovada por votação à mão levantada.

A Agenda de Consentimento LC-2B foi aprovada por votação à mão levantada, tendo as petições nela incluídas sido rejeitadas.

A recomendação do Comité no sentido de não aprovar a Petição n.º 1370 foi adotada por 345 votos a favor e 13 contra.

O reverendo Sales apresentou os seguintes pontos para o Comité legislativo do Ministério. A pedido do reverendo Ben McGehee (Trinity), apoiado por dez delegados, a Petição 1126 foi removida da Agenda de Consentimento MIN-2A.

A Agenda de Consentimento MIN-2A, na sua versão resumida, foi aprovada por votação à mão levantada.

A Agenda de Consentimento MIN-2B foi aprovada por votação à mão levantada, tendo as petições nela incluídas sido rejeitadas.

A petição n.º 1131, chamada de volta e emendada pelo Comité, foi adiada para ser reimpressa no «Diário Oficial» de quinta-feira.

A recomendação do Comité no sentido de não aprovar a Petição n.º 1442 foi adotada por 343 votos a favor e 19 contra.

A petição n.º 1450 foi aprovada por 351 votos a favor e 3 contra.

A reverenda Beth Ann Cook (Great Lakes), presidente do Comité Legislativo de Conferências, apresentou os seguintes pontos para apreciação:

A Agenda de Consentimento CONF-2A foi aprovada por votação à mão levantada.

A pedido de um Delegado, apoiado por outros dez, a Petição 1132 foi removida da Agenda de Consentimento CONF-2B. A Agenda de Consentimento CONF-2B, na sua versão reduzida, foi aprovada por votação à mão levantada, tendo as petições nela incluídas sido rejeitadas.

No que diz respeito à Ordem do dia, o reverendo Chris Ritter (Grandes Lagos), presidente do Comité do Episcopado Global, analisou o processo de discernimento que tinha dado origem às oito Áreas Episcopais e às listas ordenadas de candidatos apresentadas pelas comissões de área, e salientou a orientação do Comité, nos termos do ¶ 604.4, segundo a qual a Área 3 representa a melhor correspondência para o Bispo Mark Webb, que era a primeira escolha de três áreas. O reverendo Lambrecht explicou o processo de voto: oito votos separados, um para cada área, com os resultados a serem mantidos em segredo até que todas as oito tivessem sido realizadas, e rondas adicionais para quaisquer áreas que ficassem por preencher. Foram respondidas perguntas feitas pela audiência.

Um delegado leigo da conferência de Grain Coast propôs que os números de classificação dos comités de área fossem removidos do espaço que precede os nomes dos candidatos no boletim de voto. Liz Bowlin (Norte do Alabama), o reverendo Matt O'Reilly (Norte do Alabama) e Israel Chacon Ruiz (México) manifestaram-se contra a moção; Emmanuel Tomah (Grain Coast), o reverendo Allen Cason (Sul da Geórgia) e o reverendo Mark Vowell (Centro do Texas) manifestaram-se a favor da mesma. A moção para a remoção dos números de classificação dos boletins de voto episcopais foi aprovada por 185 votos a favor e 175 contra.

O Bispo emérito Ed Williamson fez uma oração. O Bispo Greenway declarou o recesso para o almoço às 12h37.

PAUSA PARA O ALMOÇO

O bispo Scott Jones deu início à sessão da tarde às 13h49 e fez um resumo do processo de eleição, lembrando aos delegados que não podem votar na mesma pessoa em mais do que uma área. Olandor Boyce (Grain Coast) propôs que o resultado do voto de cada área fosse anunciado antes de se proceder ao voto da área seguinte. A reverenda Beth Ann Cook (Grandes Lagos) manifestou-se contra; um delegado da conferência do Nordeste da Nigéria manifestou-se a favor. O reverendo Jim Noble (Mid-Texas) propôs uma emenda no sentido de que as áreas fossem abordadas por ordem aleatória. Relativamente ao Ponto de Ordem levantado pelo reverendo Jason Burnham (Trinity), segundo o qual o ¶ 604.5 exige que as áreas sejam eleitas na mesma cédula de voto, O Bispo Jones decidiu que o anúncio dos resultados entre áreas tornaria cada uma delas um voto separado, o que contraria o ¶ 604.5, e que a moção era fora de ordem. O Bispo Jones conduziu a assembleia numa oração antes do primeiro voto, que decorreu por áreas.

VOTO EPISCOPAL N.º 1 — ÁREA 1 (SÃO NECESSÁRIOS 215 VOTOS PARA A ELEIÇÃO; 357 VOTOS VÁLIDOS)

Luther Oconer (Mega Manila) - 277

VOTO EPISCOPAL N.º 1 — ÁREA 2 (SÃO NECESSÁRIOS 217 VOTOS PARA A ELEIÇÃO; 361 VOTOS VÁLIDOS)

SEM ELEIÇÃO

VOTO EPISCOPAL N.º 1 — ÁREA 3 (SÃO NECESSÁRIOS 219 VOTOS PARA A ELEIÇÃO; 365 VOTOS VÁLIDOS)

Bispo Mark J. Webb - 301

VOTO EPISCOPAL N.º 1 — ÁREA 4 (SÃO NECESSÁRIOS 217 VOTOS PARA A ELEIÇÃO; 361 VOTOS VÁLIDOS)

SEM ELEIÇÃO

VOTO EPISCOPAL N.º 1 — ÁREA 5 (SÃO NECESSÁRIOS 218 VOTOS PARA A ELEIÇÃO; 363 VOTOS VÁLIDOS)

SEM ELEIÇÃO

VOTO EPISCOPAL N.º 1 — ÁREA 6 (SÃO NECESSÁRIOS 218 VOTOS PARA A ELEIÇÃO; 363 VOTOS VÁLIDOS)

Bispo Eduard Kheday (Rússia Central) - 319

VOTO EPISCOPAL N.º 1 — ÁREA 7 (SÃO NECESSÁRIOS 220 VOTOS PARA A ELEIÇÃO; 366 VOTOS VÁLIDOS)

SEM ELEIÇÃO

VOTO EPISCOPAL N.º 1 — ÁREA 8 (SÃO NECESSÁRIOS 219 VOTOS PARA A ELEIÇÃO; 364 VOTOS VÁLIDOS)

Bispo Carolyn Moore (Norte da Geórgia) - 229

O Bispo Greenway conduziu a assembleia numa oração antes do segundo voto, relativo às Áreas 2, 4, 5 e 7.

VOTO EPISCOPAL N.º 2 — ÁREA 2 (SÃO NECESSÁRIOS 219 VOTOS PARA A ELEIÇÃO; 365 VOTOS VÁLIDOS)

Jonathan Lee (coreano-americano) - 273

VOTO EPISCOPAL N.º 2 — ÁREA 4 (SÃO NECESSÁRIOS 221 VOTOS PARA A ELEIÇÃO; 367 VOTOS VÁLIDOS)

SEM ELEIÇÃO

VOTO EPISCOPAL N.º 2 — ÁREA 5 (SÃO NECESSÁRIOS 219 VOTOS PARA A ELEIÇÃO; 364 VOTOS VÁLIDOS)

SEM ELEIÇÃO

VOTO EPISCOPAL N.º 2 — ÁREA 7 (SÃO NECESSÁRIOS 219 VOTOS PARA A ELEIÇÃO; 365 VOTOS VÁLIDOS)

Paul Lawler (Mississippi-Oeste do Tennessee) - 234

O Bispo Jones declarou o recesso da sessão às 15h16.

PAUSA

Quando a assembleia foi reconvocada, o bispo John Pena Auta levantou-se para invocar um ponto de privilégio pessoal, a fim de retirar a sua candidatura à consideração nos futuros votos. Realizou-se o terceiro voto para as Áreas 4 e 5.

VOTO EPISCOPAL N.º 3 — ÁREA 4 (SÃO NECESSÁRIOS 216 VOTOS PARA A ELEIÇÃO; 360 VOTOS VÁLIDOS)

Lyndol Loyd (West Plains) - 264

VOTO EPISCOPAL N.º 3 — ÁREA 5 (SÃO NECESSÁRIOS 218 VOTOS PARA A ELEIÇÃO; 363 VOTOS VÁLIDOS)

SEM ELEIÇÃO

VOTO EPISCOPAL N.º 4 — ÁREA 5 (SÃO NECESSÁRIOS 216 VOTOS PARA A ELEIÇÃO; 360 VOTOS VÁLIDOS)

Jerry Kulah (Grain Coast) - 257

Tendo a Conferência Geral eleito um bispo para cada uma das oito Áreas Episcopais, o Bispo Jones convidou os bispos eleitos e os seus cônjuges a subir ao palco, e cada um foi apresentado à assembleia: Paul Lawler (Mississippi-Oeste do Tennessee), com a sua esposa Missy; o Bispo Eduard Khegay (Rússia Central); Jerry Kulah (Grain Coast), com a sua esposa Ruth; o bispo Mark J. Webb, com a sua esposa Jodi; a bispa Carolyn Moore (Norte da Geórgia), com o seu marido Steve; Luther Oconer (Mega Manila), com a sua esposa Marian; Lyndol Loyd (West Plains), com a sua esposa Joanie; e Jonathan Lee (coreano-americano), com a sua esposa. O corpo estendeu as mãos numa oração de bênção sobre eles.

O reverendo Lambrecht anunciou a «Celebração de África» daquela noite, durante a qual seria recolhida uma oferta especial destinada aos ministérios na África do Sul, dando continuidade à tradição de abençoar a igreja do país anfitrião da Conferência Geral. O Bispo Jones conduziu a assembleia numa oração e declarou o encerramento às 16h27.

CELEBRAÇÃO DA ÁFRICA

PETIÇÕES PARA APRECIÇÃO

AÇÕES DO COMITÉ

Calendários do 4.º dia. Num identificador da Agenda de Consentimento, o dígito é o dia da Conferência e a letra a sua disposição: A apoiada e B rejeitada. A inclusão numa agenda de consentimento é permissiva, não obrigatória. As ações do comité tomadas anteriormente na semana e comunicadas em edições anteriores não são aqui repetidas.

As emendas são impressas sob as petições que as contêm, geradas a partir do FINAL de cada comité e não dactilografadas. O sublinhado simples e o rasurado são a própria marcação do peticionário; o sublinhado a negrito e o rasurado são a camada posterior do comité.

CONFERÊNCIAS — 4 PETIÇÕES

Agenda de Consentimento CONF-4A — Petições aprovadas

Petição n.º 1028 | ¶709.6 | Página 389 Petição que esclarece quais os membros do clero elegíveis para serem eleitos delegados à Conferência Geral

Apoiada conforme emendada: 32 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

~~(6) Eleger clérigos e delegados leigos para a Conferência Geral, de acordo com a fórmula e a alocação determinadas pela Conferência Geral e pelo Conselho Conexional. (6) Eleger delegados clericais e leigos para a Conferência Geral, de acordo com a fórmula e a alocação aprovadas pela Conferência Geral e pelo Conselho Conexional. Os delegados do clero devem ser membros em plena conexão e em situação regular da Igreja Metodista Global, que tenham exercido funções durante um período mínimo de dois anos antes da sua eleição na Igreja Metodista Global ou nas suas organizações predecessoras. Os delegados do clero devem ser membros em Plena Conexão e em situação regular da Igreja Metodista Global, que tenham prestado serviço durante um período mínimo de dois anos antes da sua eleição na Igreja Metodista Global. Nos termos de ¶ 521.2a, os Pastores Locais Transitórios cuja ordenação como presbíteros ou diáconos tenha sido aprovada devem ser membros em Plena Conexão e podem ser delegados do clero, desde que estejam em situação regular e tenham prestado serviço durante um período mínimo de dois anos antes da sua eleição na Igreja Metodista Global ou nas suas organizações predecessoras.~~

~~Pastores Locais Transitórios aprovados para a Ordenação e nomeados para o ministério ou para uma instituição de ensino (Par. 521.2a-b) Pastores suplentes e Pastores Locais Transitórios aprovados para a Ordenação e nomeados para o ministério ou para uma instituição de ensino (Par. 521.2a-b)~~

~~Clérigos do clero nomeados a tempo parcial (pelo menos um quarto do tempo) ou nos primeiros sete anos após terem adquirido o Status Sênior (par. 520) Clérigos do clero nos primeiros sete anos após terem adquirido o Status Sênior (par. 520)~~

~~Os clérigos que sejam alvo de uma reclamação administrativa ou judicial, cuja reclamação tenha sido remetida a uma comissão de investigação ou a um processo judicial, não são considerados em situação regular e não podem exercer funções como delegados (Práticas e Procedimentos Judiciais 2.2.6)~~

~~Os clérigos inativos não são considerados em situação regular e não poderão exercer funções como delegados Os clérigos inativos não poderão exercer funções como delegados Os delegados leigos devem ter sido membros professos da Igreja Metodista Global ou da Igreja ou das suas antecessoras há, pelo menos, dois anos. Os delegados leigos devem ser membros professos da Igreja Metodista Global há, pelo menos, dois anos.~~ Tanto os delegados do clero como os leigos serão eleitos por maioria simples dos votos expressos, sendo que o clero votará nos delegados do clero e os leigos nos delegados leigos.

~~Os delegados, suplentes e reservas servirão na ordem em que forem eleitos por sua Conferência Anual. As conferências não podem recomendar uma lista de delegados, mas a votação deverá ser feita em candidatos individuais.~~

Após eleitos, todos os delegados clérigos e leigos constituirão a delegação da Conferência Anual para a Conferência Geral. Os delegados podem também optar por permitir que os delegados suplentes e de reserva façam igualmente parte da delegação à Conferência Anual.

Petição 1228 | ¶1710.1 | Página 399 Esclarecimentos sobre as reuniões e a composição do Conselho Conexional da Conferência Anual

Apoiadas conforme Emendadas: 35 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

~~Os membros devem incluir: Os membros devem incluir, no mínimo:~~

~~O(s) líder(es) leigo(s) da Conferência Anual, se houver; O(s) líder(es) leigo(s) da Conferência Anual;~~

Petição 1456 | ¶608 | Página 335 Através da adição do parágrafo 608.1: Criação de uma estrutura distrital em todas as Conferências Anuais

Aprovado com as emendas: 40 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

~~ESTA PETIÇÃO-EMENDA ¶608 ADITANDO UM SUBPARÁGRAFO ¶608.1. Em cada conferência anual, haverá um superintendente distrital com uma estrutura de liderança leiga, incluindo um líder leigo, bem como coordenadores para ministérios de mulheres, homens, jovens e crianças, como uma estrutura enxuta para governar cada circuito ou distrito. Esta estrutura destina-se a apoiar a liderança do superintendente distrital em áreas como treinamento, missões e mobilização de recursos.~~

¶709.4b Em algumas conferências anuais, pode haver um Superintendente Distrital com uma estrutura de liderança leiga, incluindo um Líder leigo, bem como coordenadores para os ministérios das mulheres, dos homens, dos jovens e das crianças, constituindo uma estrutura simplificada para a governança de cada Circuito ou Distrito. Esta estrutura destina-se a apoiar a liderança do Superintendente Distrital em áreas como a formação, as missões e a mobilização de recursos, sempre que aplicável.

Apreciação Individual — Fora de uma Agenda de Consentimento

Petição 1245 | ¶207.4 | Página 429 Procedimento para a eleição dos delegados à Conferência Geral

Não aprovado na versão original: 1 Sim / 36 Não / 0 Abstenções.

CONSTITUIÇÃO, ORGANIZAÇÃO CONEXIONAL E FINANÇAS — 49 PETIÇÕES

Agenda de Consentimento CCOF-4A — Petições aprovadas

Petição 1016 | ¶1813 | Página 531 Comissão de Relações Ecuménicas

Aprovado com as emendas: 40 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

~~2. Cada Conferência Geral elegerá, com exceção do Bispo que preside à Comissão, todos os membros da Comissão de Relações Ecuménicas. A Comissão será presidida por um bispo da Igreja Metodista Global nomeado pela Assembleia dos Bispos. A Comissão de Relações Ecuménicas será composta por quatro clérigos e quatro leigos, além do bispo que atua como presidente. A Comissão de Relações Ecuménicas será composta por cinco clérigos e cinco leigos, além do bispo que atua como presidente. As pessoas eleitas antes da Conferência Geral de 2026 servirão por dois anos ou até que os seus sucessores sejam eleitos e serão elegíveis para reeleição na Conferência Geral de 2026. A partir da Conferência Geral de 2026, cada pessoa será eleita para um mandato de seis anos e terá a elegibilidade para exercer um segundo mandato de seis anos, caso seja eleita. Cada pessoa será eleita para um mandato de seis anos e será elegível para servir um segundo mandato de seis anos, se eleita. O presidente e os membros servem até que seus sucessores sejam eleitos. O presidente e os membros servem até que seus sucessores sejam eleitos.~~

Esta comissão será composta por oito membros eleitos pela Conferência Geral, para além do bispo em exercício que exercerá as funções de presidente designado para essa comissão. A comissão deverá, posteriormente,

propor até mais quatro membros, a eleger pelo Conselho Conexional. O presidente e os membros servem até que seus sucessores sejam eleitos.

Petição n.º 1048 | 1208 | Página 431 Petição para emendar os parágrafos 207 e 208 do Livro de Doutrinas e Disciplina.

Apoio à proposta original: 36 Sim / 1 Não / 1 Abstenção.

Petição 1050 | 1807.2 | Página 497 Comissões Conexionais Representadas no Conselho Conexional

Aprovado com as emendas: 39 Sim / 1 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

2.a. Cada comissão conexional identificada nos ~~11~~ 808-811 deve eleger um clérigo, que não seja um bispo, e um leigo, para representar a comissão no Concílio Conexional. Cada comissão conexional identificada nos n.ºs 808 a 811 e no n.º 814 deverá eleger um membro do clero, que não seja bispo em exercício, e um leigo, para integrar o Conselho Conexional. Os membros devem ser eleitos por cada comissão na primeira reunião da comissão após a Conferência Geral e devem servir até que os seus sucessores sejam eleitos ou até que a sua filiação na comissão cesse, o que ocorrer primeiro. Em caso de vaga, a comissão elegerá um membro suplente.

Petição n.º 1053 | 1807.4 | Página 499 Preenchimento de vagas no Conselho Conexional de Recursos e no Comité do Episcopado Global

Apoiadas conforme Emendadas: 41 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

~~1 807.4.n Para criar, dotar de equipa e definir parâmetros para Forças-tarefas que tratem de questões que excedam o âmbito de uma Comissão Conexional individual. Iniciar, dotar de pessoal e definir parâmetros para redes, associações, coletivos, Forças-tarefa ou outros grupos semelhantes que tratem de questões que excedam o âmbito de uma Comissão Conexional individual.~~

Petição 1066 | 1807.4 | Página 501 Remoção do limite de 90 por cento para o orçamento geral da Igreja

Aprovado com as emendas: 40 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

d. Estabelecer anualmente o orçamento da Igreja Geral, de acordo com as prioridades e orientações definidas pela Conferência Geral, desde que cada orçamento anual não exceda 90 % da média do financiamento conexional da Igreja Geral recebido nos dois anos anteriores, exceto no caso do orçamento de 2025, que não poderá exceder 90% do montante total recebido a título de Financiamento conexional da Igreja Geral em 2024. Estabelecer e aprovar anualmente o orçamento da Igreja Geral, após análise das recomendações apresentadas pela Comissão de Finanças, Administração, Pensões e Benefícios (FAPBC), de acordo com as prioridades e orientações definidas pela Conferência Geral. Estabelecer e aprovar anualmente o orçamento geral da Igreja, após análise das recomendações apresentadas pela Comissão de Finanças, Administração e Benefícios (FABC), de acordo com as prioridades e orientações estabelecidas pela Conferência Geral. Ao estabelecer o orçamento geral da Igreja, o Conselho Conexional deverá orientar-se pelos seguintes valores financeiros: ~~Ao estabelecer o orçamento geral da Igreja, o Conselho Conexional e a FAPBC, ao recomendarem o mesmo, deverão orientar-se pelos seguintes valores financeiros: Ao estabelecer o orçamento geral da Igreja, o Conselho Conexional e a FABC, ao recomendarem o mesmo, devem orientar-se pelos seguintes valores financeiros:~~

Petição n.º 1068 | 18XX | Página 463 (NOVA) Comité da Rede Global de Oração

Aprovado com as emendas: 40 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

~~8XX. COMITÉ DA REDE GLOBAL DE ORAÇÃO. Haverá um Comité da Rede Global de Oração para buscar a Deus por meio da oração e intercessão e para facilitar a oração dentro da denominação, a fim de impulsionar a obra de Deus na e através da Igreja Metodista Global e ao mundo.~~

~~O Comité atuará em cooperação com o Conselho Conexional para apoio e responsabilidade. Todos os processos e procedimentos relacionados à composição e às responsabilidades do Comité deverão ser divulgados publicamente.~~

~~807.4 p. Para afirmar e colaborar com a Rede de Oração da Igreja Metodista Global~~

Petição n.º 1074 | 1807.2 | Página 498 Petição para a supressão de referências desatualizadas nos parágrafos da secção 800

Aprovado na forma original: 38 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1122 | 1807.4 | Página 504 Retirar o termo «pensão» dos benefícios de denominação

Aprovado tal como apresentado: 41 Sim / 1 Não / 0 Abstenções.

Petição n.º 1153 | 1803.2 | Página 484 Restrição da Comissão de Nomeações Administrativas

Apoiada com Emendas: 39 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

Os membros do Comité de Nomeações Administrativas ou da Equipa Consultiva não deverão indicar-se a si mesmos, nem serem indicados pelo comité, para servir em qualquer Comissão Conexional durante o mandato em que servem no ou com o Comité de Nomeações Administrativas; contudo, membros e conselheiros do Comité de Nomeações Administrativas continuam elegíveis para serem indicados a partir do plenário da Conferência Geral.

Se um membro com direito a voto da Comissão de Nomeações Administrativas tiver sido selecionado pela delegação da sua Conferência Anual para integrar uma Comissão Conexional, um Conselho Conexional, o Conselho de Recursos ou a Comissão de Episcopado Global, essa pessoa não poderá nomear-se a si própria, nem ser nomeada pela Comissão de Nomeações Administrativas, para integrar qualquer Comissão Conexional, Conselho Conexional, Conselho de Recursos ou Comité do Episcopado Global para a Conferência Geral específica para a qual o Comité de Nomeações foi constituído. No entanto, esses membros votantes continuarão a ser elegíveis para nova nomeação, em conformidade com o Plano de Organização, pela delegação da sua Conferência Anual, para inclusão na lista de candidatos a apresentar na Conferência Geral.

Petição n.º 1172 | 1443.4 | Página 168 Esclarecer a revisão das condições de moradia e dos benefícios

Apoiada como Original: 42 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1216 | 1449.2 | Página 452 Esclarecer o cálculo do Financiamento conexional

Aprovado com as emendas: 27 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

Cada Igreja Local da Igreja Metodista Global deverá contribuir financeiramente para o ministério da igreja para além da própria Igreja Local, por meio do financiamento conexional. A Conferência Anual deverá calcular o montante a remeter por cada Igreja Local, em conformidade com o n.º 449.5. A Conferência Anual poderá calcular o montante a remeter por cada Igreja Local, em conformidade com o § 449.5 Para facilitar este cálculo, cada Igreja Local deverá enviar o relatório com os seus rendimentos operacionais do ano anterior até 30 de janeiro de cada ano civil, em conformidade com o n.º 449.4. As Conferências Anuais também poderão optar por permitir que as Igrejas Locais calculem seu financiamento conexional em conformidade com os 1449.4 e .5 e informem esse valor à Conferência Anual. Para facilitar este cálculo, cada igreja local deverá comunicar o seu rendimento operacional do ano anterior até 30 de janeiro de cada ano civil, em conformidade com o n.º 449.4; em alternativa, as Conferências Anuais podem optar por permitir que as igrejas locais calculem o seu Financiamento conexional de acordo com os n.ºs 449.4 e .5 e comunicar esse montante à Conferência Anual.

3. O fundo conexional não deve incluir valores devidos pela igreja local para benefícios de seguros e contribuições de pensões para o(s) seu(s) pastor(es) e funcionários adicionais que façam parte desses planos da Igreja Metodista Global. Esses pagamentos relativos a prestações de seguro e contribuições para a reforma dos participantes nos planos devem ser efetuados para além das remessas de financiamento conexional pela igreja local. **O financiamento conexional não deve ser utilizado pela Conferência Anual nem pela Igreja Geral para financiar planos de benefícios, incluindo planos de seguro e de reforma, para qualquer pastor ou membro do pessoal de uma igreja local.** O Financiamento conexional não deve ser utilizado pela Igreja Geral para financiar planos de benefícios, incluindo seguros e planos de aposentadoria, para qualquer pastor ou membro da equipe de uma igreja local. Quaisquer pagamentos relacionados a planos de benefícios deverão ser realizados pelas Igrejas Locais além das remessas do financiamento conexional.

4. **No cálculo do valor a ser remetido referente ao financiamento conexional: a. os seguintes itens devem ser incluídos na receita operacional da Igreja Local: doações de doadores identificados e não identificados, rendimentos de investimentos utilizados para operações, taxas de uso e receitas de aluguel de edifícios, e**

~~outras receitas operacionais não restritas. No cálculo do montante do financiamento conexional a remeter, a.~~
~~devem ser incluídos os seguintes itens nas receitas operacionais da Igreja Local: donativos de doadores~~
~~identificados e não identificados, rendimentos de investimentos utilizados para operações, taxas de utilização~~
~~de edifícios e rendimentos de alugueres, bem como outros rendimentos operacionais sem restrições angariados~~
~~pelas organizações da Igreja Local.~~ b. Os seguintes itens devem ser excluídos das receitas operacionais da Igreja Local: doações destinadas a Benevolências (ministérios externos apoiados pela Igreja Local); receitas de campanhas de angariação de fundos; fundos emprestados; angariações de fundos para despesas não operacionais; receitas destinadas à redução da dívida; doações em memória, dotações e legados, quer sejam restritos ou não; receitas destinadas a programas missionários especiais da Igreja Metodista Global; subvenções e apoio de outras organizações; vendas de terrenos, edifícios ou outros ativos da igreja; receitas provenientes de qualquer escola ou creche gerida pela Igreja Local; e outras receitas não operacionais recebidas.

Petição 1249 | ¶1010 | Página 555 Unidade global, flexibilidade local: Redução do ¶1010

Aprovado com as emendas: 25 Sim / 0 Não / 2 Abstenções.

Emenda:

~~¶1010. AUDITORIAS AOS OFICIAIS DA IGREJA. Todas as pessoas que detenham fundos fiduciários, títulos ou~~
~~verbas de qualquer tipo pertencentes a uma unidade da Igreja Metodista Global (excluindo as igrejas locais)~~
~~devem submeter essas unidades a auditorias, pelo menos uma vez por ano, de forma satisfatória para o~~
~~Conselho Conexional ou para a unidade por este designada. Todas as pessoas e entidades que detenham fundos~~
~~fiduciários, títulos ou verbas de qualquer tipo pertencentes a uma unidade da Igreja Metodista Global~~
~~(excluindo as Igrejas Locais) devem submeter essas unidades a auditorias, pelo menos uma vez por ano, de~~
~~forma satisfatória para o Conselho Conexional ou para a unidade por este designada.~~

Petição 1283 | ¶18XX | Página 468 (NOVA) Conflitos de interesse nas Comissões Conexionais

Apoiadas conforme Emendadas: 41 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

~~**Definição de Conflito de Interesse.** Existe conflito de interesse sempre que um membro, ou um membro da~~
~~família imediata do membro (cônjuge, pai, filho, irmão ou qualquer pessoa residindo no domicílio do membro),~~
~~tiver:~~

~~Um interesse financeiro direto ou indireto (incluindo compensação, investimento, participação acionista ou~~
~~potencial ganho ou perda) em qualquer entidade, contrato, subvenção, programa ou assunto em consideração~~
~~pela comissão ou outro órgão; ou Qualquer outro interesse pessoal, profissional ou relacional que se possa~~
~~razoavelmente esperar que comprometa a objetividade ou a independência de julgamento do membro.~~

~~**Propósito.** Todos os membros das Comissões Conexionais, Conselhos, Assembleias, Comitês e Subcomitês~~
~~conexionais da Igreja Metodista Global devem agir de acordo com os mais elevados padrões de integridade e~~
~~devem evitar qualquer conflito de interesse, real ou aparente, que possa comprometer a sua capacidade de~~
~~servir de forma imparcial os melhores interesses da igreja. O Conselho Conexional e a Assembleia dos Bispos~~
~~deverão elaborar e aprovar uma Política de Conflitos de Interesse e Recusa de Participação no prazo de 90 dias~~
~~após o encerramento da Conferência Geral de 2026. Após a aprovação da política pelo Conselho Conexional e~~
~~pela Assembleia dos Bispos, todos os membros das Comissões Conexionais, Conselhos, Assembleias, Comitês e~~
~~Subcomitês conexionais da Igreja Metodista Global deverão assinar um termo de aceitação da política quando~~
~~da sua eleição, nomeação ou adoção da referida política.~~

Petição n.º 1458 | ¶805.1 | Página 493 Excelência Operacional: Atribuição de responsabilidades e autoridade diretas ao pessoal por parte das comissões

Aprovado com as emendas: 37 Sim / 0 Não / 2 Abstenções.

Emenda:

~~**¶805. OPERAÇÕES.** Exceto conforme disposto aqui, cada comissão conexional terá autoridade para estruturar~~
~~seu próprio trabalho e negócios.~~

~~**1. Funcionários.** Cada comissão conexional pode solicitar o pessoal necessário para a prossecução da sua~~
~~missão. Todas as posições de funcionários devem ser aprovadas pelo Concílio Conexional, sujeitas aos limites~~
~~orçamentais que este estabelece. Exceto para o oficial de operações conexionais, todo o pessoal é contratado,~~
~~atribuído e avaliado pelo oficial de operações conexionais (¶1815) e serve como funcionários à vontade.~~

Toda a equipa que serve uma comissão conexional será contratada, supervisionada e avaliada por essa comissão ou pela sua liderança designada, em conformidade com as políticas e procedimentos estabelecidos pelo Conselho Conexional. Essa equipa servirá como funcionários de livre nomeação e exoneração da Igreja Metodista Global. O Oficial de Operações Conexionais deverá fornecer apoio administrativo e garantir a conformidade com as políticas denominacionais, mas não exercerá autoridade supervisora ou avaliativa direta sobre a equipa da comissão.

“¶ 805. OPERAÇÕES. Salvo disposição em contrário no presente documento, cada Comissão Conexional terá autoridade para organizar o seu próprio trabalho e as suas atividades.

1. Funcionários. Cada comissão conexional pode solicitar o pessoal necessário para a prossecução da sua missão. Todas as posições de funcionários devem ser aprovadas pelo Concílio Conexional, sujeitas aos limites orçamentais que este estabelece. Com exceção do Oficial de Operações Conexionais, toda a equipa é contratada, atribuída e avaliada pelo Oficial de Operações Conexionais (¶ 815) ou por quem este designar, e exerce funções como empregados de livre nomeação e exoneração.

a. As subvenções especiais, ou doações destinadas ao pessoal, podem ser utilizadas para a contratação e retenção de pessoal adicional a título temporário, desde que haja disponibilidade dos referidos fundos e com a aprovação do Conselho Conexional. Esses colaboradores serão contratados e supervisionados pelo Oficial de Operações Conexionais ou por quem este designar, respeitando o propósito da subvenção ou da doação destinada a esse fim.

2. As comissões conexionais podem, em nome da igreja, contratar pessoal e celebrar acordos com organizações, missões e entidades denominacionais no âmbito da denominação, outros organismos eclesiais ou organizações e ministérios paraeclesiais, com o objetivo de cumprir a sua missão ou coordenar um projeto específico, desde que não seja celebrado qualquer contrato de trabalho ou acordo com uma pessoa ou organização cuja missão e/ou posição teológica seja incompatível com as da Comissão Conexional ou da Igreja Metodista Global. «Os contratos que tenham implicações financeiras que excedam o orçamento da comissão devem ser aprovados previamente pelo Conselho Conexional».

Agenda de Consentimento CCOF-4B — Petições rejeitadas

Petição n.º 1049 | ¶210.3 | Página 443 Petição para emendar o parágrafo 210 do Livro de Doutrinas e Disciplina.

Não aprovado na versão original: 41 Sim / 1 Não / 0 Abstenções.

Petição n.º 1073 | ¶804.1 | Página 486 Petição para a supressão de referências desatualizadas nos parágrafos da secção 800

Rejeitadas em Favor de: 45 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1110 | ¶813.2 | Página 535 Remoção de texto irrelevante do texto da Comissão de Relações ecuménicas

Rejeitada em Favor de: 40 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1116 | ¶813.5 | Página 537 Esclarecimento do papel da Comissão de Relações Ecuménicas

Rejeitada em Favor de: 40 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1117 | ¶813.7 | Página 540 Esclarecimento sobre o processo do Plano de União na Comissão de Relações Ecuménicas

Rejeitada em Favor de: 40 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1121 | ¶807.4 | Página 503 Eliminar o papel do Conselho Conexional nos benefícios da Denominação

Rejeitada a favor de: 41 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1143 | ¶803.3 | Página 485 Membros das Comissões Gerais

Não aprovado na versão original: 37 Sim / 0 Não / 1 Abstenção.

Petição 1241 | ¶208 | Página 433 Evitar conflitos de interesse na Conferência Geral

Rejeitada a favor de: 41 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1242 | ¶808.2 | Página 510 Compromisso contínuo com os grupos étnicos ainda não alcançados

Rejeitadas em Favor de: 38 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1254 | ¶813.6 | Página 539 Unidade global, flexibilidade local: eliminação de uma frase do ¶813.6

Rejeitada em Favor de: 40 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1255 | ¶813.5 | Página 538 Unidade Global, Flexibilidade Local: Redução do ¶813.5

Rejeitada em Favor de: 40 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1268 | ¶808.2 | Página 511 Unidade global, flexibilidade local: eliminação de parte do ¶808.2c e da totalidade do ¶808.2d

Rejeitadas em Favor de: 38 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1269 | ¶808.2 | Página 512 Global Unity, Local Flexibility: eliminação dos parágrafos ¶808.2.A.1-5 e ¶808.2.b

Não Aprovada como Original: 38 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1270 | ¶807.4 | Página 505 Global Unidade, Flexibilidade Local: eliminação do ¶807.4.i

Rejeitadas em Favor de: 46 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1271 | ¶807.4 | Página 506 Unidade Global, flexibilidade local: eliminação do ¶807.4. D. 4-5

Não aprovado na versão original: 38 Sim / 2 Não / 0 Abstenções.

Petição 1275 | ¶449.9 | Página 459 Unidade Global, flexibilidade local: eliminação do ¶449.9

Não Aprovadas conforme o Original: 49 Sim / 1 Não / 0 Abstenções.

Petição 1279 | ¶208.13 | Página 440 Global Unidade, Flexibilidade Local: Revisão da Redação do ¶208.13

Não aprovado na versão original: 36 Sim / 1 Não / 1 Abstenção.

Petição 1280 | ¶208.10 | Página 439 Global Unidade, Flexibilidade Local: Revisão da redação do ¶208.10

Não aprovado na versão original: 36 Sim / 1 Não / 1 Abstenção.

Petição 1317 | ¶207.1 | Página 427 Unidade global, flexibilidade local: Remoção do ¶207.1

Rejeitada em Favor de: 40 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1318 | ¶207.2 | Página 428 Unidade global, flexibilidade local: remoção de parte da frase no ¶207.2

Rejeitada em Favor de: 40 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1319 | ¶207.8 | Página 430 Unidade global, flexibilidade local: Remoção do ¶207.8

Rejeitada em Favor de: 40 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1320 | ¶208 | Página 434 Global Unidade, Flexibilidade Local: Remoção de parte de uma frase no ¶208

Rejeitada a favor de: 41 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1417 | ¶1012.9 | Página 560 Autoridade da Conferência de Encargo e Votações a nível de toda a Igreja

Rejeitadas em Favor de: 39 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1422 | ¶808.2 | Página 513 Nova Comissão: Comissão do Ministério de Auxílio, Socorro e Assistência em Situações de Catástrofe da IMG

Rejeitadas em Favor de: 38 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1444 | ¶1212.1 | Página 446 Permitir que o GC esclareça a interpretação dos Sermões e notas de Wesley

Não aprovado na versão original: 43 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição n.º 1447 | ¶1212.1 | Página 447 Permitir a adoção de um padrão doutrinário claro sobre o casamento

Não aprovado na versão original: 42 Sim / 2 Não / 0 Abstenções.

Apreciação Individual — Fora de uma Agenda de Consentimento

Petição 1025 | 1610.5 | Página 344 Formação inter-racial/intercultural

Referida: 8 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1088 | 1207 | Página 425 Esclarecimento sobre o trabalho e o propósito da Conferência Anual

Apoiada Conforme Emendada: 41 Sim / 0 Não / 1 Abstenção.

Emenda:

Artigo VI. Conferências Anuais — As conferências anuais serão formadas com o propósito de conectar o clero e os leigos para o ministério e a responsabilização partilhados. A Conferência Anual será composta por clero e leigos. Todo o clero que cumpra os requisitos do Livro de Doutrinas e Disciplina será membro. ~~Deverá ser eleito por cada conferência de encargo, pelo menos um número igual de membros leigos. Deve ser eleito, pelo menos, um número igual de membros leigos pelas comunidades, pelo distrito ou pela conferência.~~ As Conferências Anuais podem optar por eleger membros leigos adicionais por meio dos distritos ou da própria conferência. Cada cargo terá direito a tantos membros leigos quanto o número de clérigos nomeados.

~~4. Eleger delegados do clero e leigos para a Conferência Geral. Eleger delegados do clero e leigos para a Conferência Geral, de acordo com o número determinado pela Conferência Geral.~~ Os delegados clérigos devem ser membros em plena conexão e em situação regular. Os delegados leigos devem ser membros professos da Igreja Metodista Global. Tanto os delegados clérigos quanto os leigos serão eleitos por maioria simples, com o clero votando nos delegados clérigos e os leigos votando nos delegados leigos.

~~8. Estabelecer normas mínimas para o bem-estar do seu clero, que podem incluir uma remuneração mínima, Casas Pastorais e normas de moradia, seguro de saúde e outros benefícios, se assim se desejar. Estabelecer normas mínimas para o bem-estar do seu clero, que podem incluir uma remuneração mínima, moradia, seguro de saúde e outros benefícios, se assim se desejar.~~

~~9. Aprovar, por maioria simples de voto, a transferência de uma congregação, seja para integrá-la à conferência anual ou para transferi-la para outra conferência anual. Aprovar, por voto da maioria, a transferência de uma congregação para dentro ou para fora da Conferência Anual.~~

~~10. Manter os registros da Conferência Anual, incluindo o registro das igrejas encerradas e os relatórios anuais de todas as Conferências de Encargo. Manter os registros da Conferência Anual.~~

Petição 1089 | 1208 | Página 432 Esclarecimentos sobre as reuniões da Conferência Geral

Aprovado com as emendas: 37 Sim / 3 Não / 2 Abstenções.

Emenda:

*Artigo VII. A Conferência Geral—De acordo com a tradição metodista de «deliberar em conjunto», será realizada uma Conferência Geral da Igreja Metodista Global, que se reunirá uma vez a cada seis anos. Será composta por não menos de 200 nem mais de 700 delegados, metade dos quais serão clérigos e metade dos quais serão leigos, eleitos pelas conferências anuais numa base proporcional, conforme determinado pela Conferência Geral. **Nenhum bispo em exercício, membro do Conselho Conexional de Recursos ou funcionário da Igreja Geral pode exercer o cargo de delegado da Conferência Geral.** A Conferência Geral pode, a seu critério, incluir em seu quadro um número limitado de delegados, com ou sem direito a voz e voto, de outros órgãos Metodistas autônomos. Uma sessão especial da Conferência Geral para tratar de um tema ou necessidade específica pode ser convocada por voto da maioria da Conferência Geral ou de sua Assembleia dos Bispos. Essa sessão especial da Conferência Geral será composta pelos delegados da Conferência Geral anterior ou pelos seus sucessores legais. Quando necessário, a Conferência Geral pode reunir-se virtualmente com a aprovação da Assembleia dos Bispos e do Conselho Conexional.*

Petição n.º 1094 | 1211 | Página 444 Emendar o direito de recurso para incluir a formulação da Regra Restritiva e suprimir uma regra

Apoiada Conforme Emendada: 43 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

~~1211. Artigo X. Direito de Recurso — A Conferência Geral estabelecerá para a Igreja um sistema judicial que~~

~~garanta ao nosso clero e aos nossos membros o direito a um julgamento e a recurso, e não revogará os privilégios do nosso clero ao direito a um julgamento por um Comitê e a recurso; nem revogará os privilégios dos nossos membros no que diz respeito ao direito a um julgamento perante a igreja ou por um Comitê, e ao direito de recurso.~~

Petição 1095 | ¶121.1 | Página 445 Emenda do Regulamento para o harmonizar com os Padrões doutrinários a propor na Conferência Geral de 2026

Aprovado tal como apresentado: 43 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição n.º 1097 | ¶213 | Página 448 Esclarecimento do processo de emenda e remoção de linguagem desatualizada

Aprovado com as emendas: 40 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

~~Artigo XII. Emendas—As emendas à Constituição podem ser originadas na Conferência Geral ou em uma conferência anual.~~

Uma proposta de emenda à Constituição pode ter origem em qualquer uma das seguintes fontes: uma Conferência Geral, um Comitê legislativo da Conferência Geral, uma sessão da Conferência Anual, uma delegação da Conferência Anual, uma Igreja Local ou um membro professante.

¶213. Artigo XII. Emendas — Uma proposta de emenda à presente Constituição só pode ser apresentada à Conferência Geral através de uma das seguintes vias: uma Conferência Anual, mediante aprovação por uma maioria de dois terços dos membros presentes e votantes numa sessão devidamente convocada; uma delegação da Conferência Anual, mediante aprovação por dois terços dos votos da delegação, com a votação certificada pelo seu presidente e secretário; ou a Conferência Geral, deliberando com base na recomendação de um dos seus Comitês legislativos, aprovada por dois terços dos votos dos membros desse Comitê presentes e votantes.

Nenhuma pessoa a título individual terá legitimidade para apresentar uma proposta de emenda à Constituição diretamente à Conferência Geral. Um indivíduo pode apresentar uma proposta a uma Conferência Anual ou a uma delegação da Conferência Anual, mas a proposta só será elegível para apreciação após a aprovação formal e a certificação exigidas acima.

Petição n.º 1197 | ¶1012.9 | Página 557 Clarificar as funções e responsabilidades da Junta dos Diretores

Aprovado com as emendas: 37 Sim / 5 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

~~f. Compra, Venda, Arrendamento, Construção e Hipoteca de Propriedade. Não obstante os poderes conferidos no n.º 1012.3, antes da aquisição, venda, arrendamento ou hipoteca, por parte de uma Igreja Local, de qualquer bem imóvel, ou da construção ou renovação de um edifício, deverá ser aprovada pela Conferência de Encargo uma Resolução que autorize tal ação, com os seus membros a agir na qualidade de membros do órgão social, por Voto da maioria dos votos dos presentes e votantes em qualquer reunião ordinária ou extraordinária convocada para esse efeito, desde que tenha sido dado um pré-aviso de, pelo menos, dez dias sobre essa reunião e a proposta, a partir do Púlpito e no boletim semanal, boletim informativo ou aviso eletrônico da Igreja Local ou por outros meios, se exigido ou permitido pela legislação local, e desde que, além disso, seja dado o consentimento por escrito do pastor para tal ação.—Sem prejuízo dos poderes conferidos em ¶ 1012.3, antes da compra, venda, arrendamento ou hipoteca, por parte de uma Igreja Local, de qualquer imóvel, ou da construção ou renovação de um edifício, deverá ser aprovada pela Conferência da Igreja de Encargo uma Resolução que autorize tal ação, com os seus membros a agir na qualidade de membros do órgão social, por voto da maioria dos presentes e votantes em qualquer reunião ordinária ou extraordinária convocada para esse efeito em conformidade com ¶ 438. A resolução que autoriza a ação proposta deverá dirigir e autorizar a Junta de Diretores a tomar todas as medidas necessárias para executar a ação e para fazer com que seja executado, como adiante se prevê, qualquer contrato, escritura, nota de venda, hipoteca ou outro instrumento escrito necessário. A Junta Diretiva, em qualquer reunião ordinária ou extraordinária, tomará as medidas e adotará as resoluções que possam ser necessárias ou exigidas pelas leis locais. Qualquer contrato, escritura, arrendamento, nota de venda, hipoteca ou outro instrumento escrito necessário para realizar a ação assim autorizada deverá ser assinado em nome da corporação por quaisquer dois de seus dirigentes, e qualquer instrumento escrito assim executado será vinculativo e eficaz como ação da corporação.~~

Petição 1281 | ¶208.9 | Página 438 Global Unidade, Flexibilidade Local: Aditamento ao ¶208.9

Aprovado tal como apresentado: 29 Sim / 9 Não / 0 Abstenções.

Petição n.º 1286 | ¶805.2 | Página 494 Necessidade de recurso para decisão

Não aprovado na versão original: 0 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

DOCTRINA E SACRAMENTOS — 7 PETIÇÕES

Agenda de Consentimento DS-4B — Petições rejeitadas

Petição 1060 | ¶104 | Página 11 Reforço da posição sobre a autoridade bíblica

Não aprovado na versão original: 44 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição n.º 1240 Página 46 Resolução para esclarecer a linguagem doutrinária e os limites

Não aprovado na versão original: 54 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1324 | ¶102.2 | Página 3 Remoção do termo «caído» da Criação no Caminho Wesleyano da Salvação

Não aprovado na versão original: 51 Sim / 1 Não / 0 Abstenções.

Petição 1325 | ¶102.3 | Página 4 Remoção das conotações do «pecado original» no Caminho Wesleyano da Salvação

Não aprovado na versão original: 51 Sim / 1 Não / 0 Abstenções.

Petição n.º 1455 Página 48 Resolução: Resolução para estabelecer o Comentário da IMG sobre os Artigos de religião e a Confissão de Fé

Não aprovado na versão com emendas: 54 Sim / 0 Não / 2 Abstenções.

Emenda:

~~O comentário deverá fornecer um resumo do conteúdo teológico escriturístico da autêntica fé doutrinária, conforme ensinada por nossos pais fundadores, para as futuras gerações, em referência ao Salmo 78:1-11 e Judas 3-4. Ele também protegerá a confissão de fé da denominação e possibilitará que os bispos, superintendentes de conferência, superintendentes distritais, presbíteros e diáconos, bem como o clero e os leigos de todas as outras denominações que servem no púlpito, defendam a fé apostólica conforme apresentada nas Escrituras e na tradição cristã e interpretada a partir de uma perspectiva wesleyana. A Comissão de Discipulado, Doutrina e Ministério Justo supervisionará o subcomitê de eminentes especialistas em teologia ortodoxa nomeado pela assembleia dos bispos e aprovado pelo conselho conexional. A cada doze (12) anos, durante a conferência geral, uma nova força-tarefa será nomeada para revisar e avaliar a relevância dos artigos de religião da Igreja Metodista Global e da Confissão de Fé, bem como seus padrões doutrinários em relação à contextualização.~~

CONSIDERANDO QUE a Igreja Metodista Global é uma denominação recém-formada e deseja desenvolver a unidade no seio da sua comunidade com base numa compreensão teológica partilhada do ensinamento cristão ortodoxo numa perspectiva wesleyana, e CONSIDERANDO QUE a promoção dessa unidade requer a compreensão e a adesão aos padrões doutrinários da Igreja Metodista Global, e CONSIDERANDO QUE tal compreensão e adesão exigem uma pregação e um ensino consistentes e persistentes em toda a congregação mundial da Igreja Metodista Global, e CONSIDERANDO QUE uma pregação e um ensino consistentes e persistentes exigem materiais didáticos excepcionais, desenvolvidos para todas as idades e culturas, agora, portanto, FICA RESOLVIDO QUE a Conferência Geral encarrega, pelo presente, a Comissão de Discipulado, Doutrina e Ministério Justo, ou uma Força-tarefa criada pela Comissão para este fim, a redigir e publicar um comentário sobre as declarações doutrinárias contidas nos Artigos de religião e na Confissão de Fé (ou em qualquer documento que venha a substituir estas declarações doutrinárias atuais). Este comentário permitirá que tanto o clero como os leigos compreendam as declarações doutrinárias e estejam preparados para expressar essa compreensão ao pregar e ensinar os outros.

Apreciação Individual — Fora de uma Agenda de Consentimento

Petição n.º 1454 Página 47 **Resolução que define «O que é um movimento» na Igreja Metodista Global**

Votos a favor da proposta original: 30 Sim / 13 Não / 10 Abstenções.

Petição n.º 1462 Página 49 **Resolução sobre o reconhecimento dos recursos para o canto congregacional**

Não aprovado na versão original: 40 Sim / 12 Não / 3 Abstenções.

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL — 1 PETIÇÃO

Apreciação Individual — Fora de uma Agenda de Consentimento

Petição n.º 1115 | 18XX | Página 464 **(NOVA) Petição relativa à situação regular**

Não aprovado na versão original: 34 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

IGREJA LOCAL — 21 PETIÇÕES

Agenda de Consentimento LC-4A — Petições Apoiadas

Petição n.º 1144 | 1433 | Página 127 / 1423 **Novo processo para a transferência de membresia no IMG**

Aprovado tal como apresentado: 47 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição n.º 1168 | 1442 | Página 156 **Esclarecer a necessidade de um tesoureiro e de um secretário financeiro**

Apoiadas conforme Emendadas: 49 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

ESTA PETIÇÃO EMENDA 1442 ADICIONANDO OS NOVOS 1442.4 E 442.5 E RENUMERANDO OS

SUBPARÁGRAFOS 4. ~~Um Secretario Financeiro supervisionará o trabalho das pessoas encarregadas de contar a oferta, garantirá que todos os fundos recebidos sejam depositados prontamente de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo Comité de Finanças e manterá registros de todas as contribuições e fundos recebidos. Uma Conferência de Encargo pode optar por contratar alguém para realizar parte ou todas as funções do Secretario Financeiro. Qualquer pessoa contratada para exercer esses deveres não deverá servir com direito a voto no Conselho da Igreja, na Comissão de Relações Pastor-Paróquia, no Comité de Finanças ou nos Curadores. O cargo de Secretario Financeiro não pode ser combinado com o de Tesoureiro nem ocupado por uma só pessoa, e as pessoas que ocuparem esses dois cargos não devem ser familiares diretos. Nenhum familiar direto de qualquer Pastor poderá servir como Secretario Financeiro na Igreja ou cargo em que o Pastor atua.~~

~~5. Um Tesoureiro que deverá desembolsar todos os fundos não designados de acordo com o orçamento da Igreja Local, distribuir todos os fundos designados recebidos pela Igreja conforme a designação, remeter todos os valores de benevolências denominacionais e de conferência e os fundos conexionais mensalmente ao tesoureiro da conferência ou à organização adequada, e apresentar relatórios regulares e detalhados sobre os fundos recebidos e gastos ao Comité de Finanças e ao Conselho da Igreja. O Tesoureiro deverá estar devidamente segurado ou afiançado, conforme determinado pela Igreja Local. Uma Conferência de Encargo pode optar por contratar alguém para desempenhar parte ou todas as funções do Tesoureiro. Qualquer pessoa contratada para desempenhar esses deveres não deverá servir com direito a voto no Conselho da Igreja, na Comissão de Relações Pastor-Paróquia, no Comité de Finanças ou na Junta de Curadores. Os cargos de Tesoureiro e de Secretario Financeiro não podem ser combinados e ocupados pela mesma pessoa, e as pessoas que ocupam estes dois cargos não devem ser familiares diretos. Nenhum familiar direto de qualquer Pastor poderá servir como Tesoureiro na Igreja ou cargo em que o Pastor atua.~~

4. Oficiais financeiros: Cada Igreja Local deve ter eleger um secretário financeiro e um tesoureiro. Estes cargos devem ser distintos e não podem ser exercidos pela mesma pessoa nem por familiares diretos. Nenhum familiar de um pastor nomeado para a igreja pode exercer qualquer um desses cargos, salvo em situações extraordinárias, quando forem aprovadas medidas de salvaguarda adequadas pelo Superintendente Distrital ou pelo Bispo. Essas salvaguardas devem incluir, no mínimo, uma revisão mensal das finanças por parte de alguém

que não tenha qualquer relação com o Pastor, e devem ser analisadas e aprovadas anualmente pelo Superintendente Distrital ou pelo Bispo.

A Conferência de Encargo pode contratar pessoas para desempenhar algumas ou todas as funções de qualquer um dos cargos. Uma pessoa assim contratada não poderá votar num órgão responsável pelo seu emprego ou pela supervisão financeira da Igreja.

a. Secretário das Finanças. O secretário financeiro deverá supervisionar a contagem das ofertas, assegurar que os fundos recebidos sejam depositados atempadamente, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo Comité de Finanças, e manter registos das contribuições e de outros fundos recebidos.

b. Tesoureiro. O tesoureiro deverá afetar os fundos não destinados de acordo com o orçamento da igreja, distribuir os fundos destinados de acordo com a sua designação, transferir os fundos de financiamento conexional e cumprir outras obrigações junto dos destinatários adequados, bem como apresentar relatórios financeiros regulares ao Comité de Finanças e ao Conselho da Igreja.

Petição 1174 | 1447 | Página 198 Clarificar as funções e responsabilidades do Comité de Finanças

Apoiadas conforme Emendadas: 49 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

3. Todos os pedidos financeiros ~~a incluir no orçamento anual da Igreja Local~~ devem ser apresentados ao Comité de Finanças. A Comissão de ~~Finanças~~ deverá ~~elaborar anualmente um orçamento completo para a igreja local~~ **preparar um orçamento anual** e submetê-lo ao Conselho da Igreja ~~ou à Conferência de Encargo~~ para análise e aprovação. O Comité de Finanças ~~, em parceria com o Conselho da Igreja,~~ terá a responsabilidade de ~~elaborar e implementar~~ planos que permitam angariar receitas suficientes para cumprir o orçamento aprovado pelo conselho da igreja. ~~Administará os fundos recebidos de acordo com as instruções do conselho da igreja. O comité deve levar a cabo as orientações do conselho da igreja na orientação do(s) tesoureiro(s) e do secretário financeiro. A comissão deverá supervisionar a gestão dos fundos, de acordo com o orçamento aprovado, as orientações do Conselho da Igreja e as responsabilidades dos responsáveis financeiros estabelecidas no n.º 442.~~

4. O comité deverá realizar a designação de, pelo menos, duas pessoas que não sejam membros da mesma família direta e que residam no mesmo agregado familiar para contarem as ofertas. Trabalharão sob a supervisão do secretário financeiro. Um registro de todos os fundos recebidos deverá ser entregue ao secretário financeiro e ao tesoureiro. Os fundos recebidos devem ser depositados imediatamente em nome da Igreja Local, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo Comité de Finanças. ~~O secretário financeiro manterá registos das contribuições e dos pagamentos.~~

5. Responsáveis financeiros. Os deveres do secretário financeiro e do Tesoureiro estão definidos no 1442.

Petição 1180 | 1455 | Página 214 Esclarecer o processo para garantir a fidelidade da congregação

Apoiadas conforme Emendadas: 49 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

~~1. Se o atual pastor da congregação estiver a promover doutrinas ou práticas contrárias às da Igreja Metodista Global, o bispo deve remover o pastor e nomear um pastor que irá promover e defender as doutrinas e práticas da Igreja Metodista Global. O novo pastor deverá, então, permitir que o novo pastor conduza a congregação à conformidade.~~

1. Se o atual pastor da congregação estiver promovendo doutrinas ou práticas contrárias às da Igreja Metodista Global, o Gabinete solicitará ao Bispo que remova o pastor e nomeie outro pastor que promoverá e defenderá as doutrinas e práticas da Igreja Metodista Global. O novo pastor deverá, então, permitir que o Superintendente Distrital estabeleça, em conjunto com o novo pastor, um prazo para que a congregação se adapte às novas normas.

Petição n.º 1213 | 1446.3 | Página 191 Esclarecer a organização da Junta de Curadores

Apoiada conforme o original: 48 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1214 | 1446.4 | Página 193 Esclarecer as reuniões e as responsabilidades da Junta de Curadores

Apoiada com Emendas: 48 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

d. Sob a orientação da Conferência de Encargo, a Junta de Curadores deverá receber e administrar todos os legados feitos à Igreja Local, receber e administrar todos os fundos fiduciários e investir todos os fundos fiduciários da Igreja Local em conformidade com as leis **civis aplicáveis, do país, estado ou unidade política em que a Igreja Local se encontra.** Contudo, mediante notificação à Junta de Curadores, a conferência de encargo pode delegar o poder, o dever e a autoridade para receber, administrar e investir legados, fundos fiduciários e patrimônios a um comitê permanente de doações ou a uma fundação da igreja local. Contudo, mediante notificação à Junta de Curadores, a Conferência de Encargo pode delegar o poder, o dever e a autoridade para receber, administrar e investir legados, fundos fiduciários e patrimônios a outra entidade, incluindo um comitê permanente de doações ou uma fundação da Igreja Local.

e. O conselho deverá realizar uma **auditoria-revisão** anual de acessibilidade dos seus edifícios, terrenos e instalações, a fim de detetar e identificar quaisquer barreiras físicas, arquitetônicas ou de comunicação existentes que impeçam a Participação plena das pessoas com deficiência, e deverá elaborar planos e definir prioridades para a eliminação de todas essas barreiras.

~~Uma avaliação de todas as propriedades da igreja, incluindo as áreas do presbitério, para garantir acessibilidade a pessoas com deficiência e, quando aplicável, um plano e cronograma para resolver barreiras à acessibilidade (¶ 446.5e).~~ Uma **auditoria-revisão** anual da acessibilidade e, quando aplicável, um plano e um calendário para resolver os obstáculos à acessibilidade (¶ 446.5e).

Petição 1357 | ¶446.1 | Página 189 Unidade global, flexibilidade local: simplificar a eleição dos Curadores

Apoiada com Emendas: 48 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

Os membros da Junta de Curadores serão eleitos pelo encargo ou pela Conferência da Igreja. **A Conferência de Encargo determinará os seus mandatos, a rotação e a elegibilidade para reeleição.**

Agenda de Consentimento LC-4B — Petições rejeitadas

Petição 1124 | ¶442.1 | Página 157 Requisito do Líder leigo PLC

Rejeitada em Favor de: 49 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1347 | ¶447.11 | Página 206 Unidade global, flexibilidade local: simplificação da apresentação de relatórios e da constituição de Comitês

Rejeitada em Favor de: 49 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1348 | ¶447.7 | Página 205 Unidade global, clareza local: simplificar os requisitos de auditoria financeira

Rejeitada em Favor de: 49 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição n.º 1349 | ¶447.6 | Página 204 Unidade global, clareza local: simplificar os requisitos da política financeira

Rejeitada em Favor de: 49 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1350 | ¶447.3 | Página 203 Unidade global, clareza local: simplificar a supervisão do Orçamento e das finanças

Rejeitada em Favor de: 49 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1351 | ¶447.2 | Página 202 Unidade global, clareza local: simplificar as responsabilidades de mordomia financeira

Rejeitada em Favor de: 49 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição n.º 1352 | ¶447.1 | Página 201 Unidade global, flexibilidade local: simplificação da estrutura do Comité de Finanças

Rejeitada em Favor de: 49 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1353 | ¶446.5; | Página 197 446.6 Unidade global, clareza local: simplificar os poderes e as responsabilidades da Junta de Curadores

Rejeitadas em Favor de: 48 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1354 | 1446.4 | Página 196 Unidade global, flexibilidade local: simplificação das reuniões da Junta de Curadores

Rejeitada em Favor de: 49 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição n.º 1355 | 1446.3 | Página 192 Unidade global, flexibilidade local: simplificar a organização da Junta de Curadores

Rejeitadas em Favor de: 48 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1356 | 1446.2 | Página 190 Unidade global, clareza local: simplificar as vagas e a remoção de curadores

Rejeitadas em Favor de: 48 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição n.º 1358 | 1446 | Página 185 Unidade global, flexibilidade local: simplificação da estrutura da Junta de Curadores

Rejeitadas em Favor de: 48 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1372 | 1442.1 | Página 159 Unidade global, clareza local: simplificar o papel do Líder leigo

Não Aprovadas conforme o Original: 45 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1435 | 1446 | Página 186 Atualização da composição da Junta de Curadores para permitir a participação de não membros

Rejeitadas em Favor de: 48 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

MINISTÉRIO — 12 PETIÇÕES

Agenda de Consentimento MIN-4A — Petições aprovadas

Petição 1234 | 1516.1 | Página 296 Transferência de credenciais do clero

Aprovado com as emendas: 53 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

2. Transferência de outras Denominações.

~~Os clérigos que se candidatem à transferência para a Igreja Metodista Global a partir de outra denominação cristã e que pretendam entregar suas atuais credenciais de ordenação para se tornarem clérigos da Igreja Metodista Global devem apresentar o seguinte: (a) Um currículo formal com referências; (b) Prova de ordenação por parte de uma denominação que possua um processo formalizado de avaliação presencial. (c) Histórico escolar oficial de toda a formação após o ensino médio; e (d) Quando disponível, uma cópia de todos os arquivos pessoais mantidos pela sua denominação anterior, a ser enviada à Junta do Ministério mediante solicitação por escrito do membro do clero. Os clérigos que se candidatem à transferência para a Igreja Metodista Global a partir de outra denominação cristã e que pretendam entregar suas atuais credenciais de ordenação para se tornarem clérigos da Igreja Metodista Global devem apresentar o seguinte: (a) Um resumo biográfico do ministério com referências; (b) Comprovativo de ordenação por parte de uma denominação que possua um processo formalizado de avaliação presencial; (c) Comprovativo da formação académica para o ministério; (d) Sempre que disponível, acesso aos arquivos pessoais da antiga denominação, enviados à Junta do Ministério a pedido do clero. Os clérigos que se candidatem à transferência para a Igreja Metodista Global a partir de outra denominação cristã e que pretendam entregar suas atuais credenciais de ordenação para se tornarem clero da Igreja Metodista Global devem apresentar o seguinte: (a) Um resumo biográfico do ministério com referências; (b) Comprovativo de ordenação por parte de uma denominação que possua um processo formalizado de avaliação. As ordenações realizadas por congregações locais, redes ou associações não cumprem este requisito; (c) Comprovação da formação académica para o ministério; (d) Sempre que disponível, acesso aos processos pessoais da antiga denominação, enviados à Junta do Ministério a pedido do clero.~~

Petição 1235 | 1517 | Página 297 Nomeação de clero de outras denominações

Aprovado com as emendas: 54 Sim / 0 Não / 3 Abstenções.

Emenda:

1. Mediante recomendação da Junta do Ministério e afirmação pela sessão do clero da Conferência Anual, um Bispo pode nomear clero em situação regular e com um mínimo de cinco anos de serviço em outras denominações cristãs para ocupar nomeações ou ministérios ecumênicos, mantendo sua afiliação denominacional. A sua nomeação será como Diácono em situação regular, caso seja aprovada pelas Juntas do Ministério. O Diácono em situação regular aprovado deverá, em até dois anos, cursar as seguintes disciplinas: Teologia e Doutrina Wesleyana, História Metodista e Estrutura eclesiástica da Igreja Metodista Global, Compreensão Wesleyana dos Sacramentos e Culto, e Discipulado e Formação Espiritual Wesleyana. Após a conclusão dos cursos exigidos, o Diácono em situação regular comparecerá perante as Juntas do Ministério para uma entrevista, a fim de determinar a sua prontidão para se tornar um Presbítero em situação regular. A sua nomeação será como diácono em situação regular ou Presbítero em situação regular, desde que continuem a exercer a responsabilidade perante a comunidade da aliança, de acordo com as diretrizes da Junta do Ministério da sua Conferência Anual. Os membros do clero que mantenham a sua filiação noutras denominações enquanto recebem uma nomeação na Igreja Metodista Global devem cumprir os seguintes critérios: (a) Preencher o pedido de filiação clerical na Igreja Metodista Global, que inclui o seguinte: (1) Testemunho da sua fé cristã e chamada ao ministério. (2) Permissão e liberação para qualquer verificação de antecedentes criminais e de crédito, relatórios de má conduta sexual ou abuso infantil. (3) Uma declaração que ateste que o candidato não foi condenado por um crime grave ou um delito menor, nem acusado por escrito de conduta sexual imprópria ou abuso de menores; No caso de infrações, uma declaração que detalhe quaisquer condenações por crime grave ou delito menor, ou acusações por escrito de conduta sexual imprópria ou abuso de menores. (b) Uma declaração concordando em ensinar, apoiar e manter a doutrina da Igreja Metodista Global. (c) Aceitar submeter-se a um exame psicológico. (d) Comprovar, através de uma entrevista com um Superintendente Distrital e a Junta do Ministério, que leram, compreendem e respeitarão o Livro de Doutrinas e Disciplina e apoiarão e manterão a disciplina e a estrutura eclesiástica da Igreja Metodista Global. (e) Apresentar credenciais adequadas como membro ordenado do clero de outra denominação cristã através de um processo formal de avaliação presencial. (f) O progresso na conclusão dos requisitos educativos deverá ser demonstrado na entrevista anual perante a Junta do Ministério.

Os membros do clero que mantenham a sua filiação noutras denominações enquanto recebem uma nomeação na Igreja Metodista Global deverão cumprir os mesmos critérios estabelecidos no parágrafo 516.1-2 relativos à transferência de credenciais clericais. Se os requisitos educativos não forem cumpridos no prazo de três anos, essa pessoa será: a) descontinuada como Diácono em situação regular; ou b) proposta para o estatuto de candidato certificado ao Ministério, ficando sujeita aos requisitos previstos no parágrafo 506.

Agenda de Consentimento MIN-4B — Petições rejeitadas

Petição 1005 | ¶520 | Página 305 Emenda relativa aos direitos de voto do clero no Status Sênior

Rejeitadas em Favor de: 48 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição n.º 1047 | ¶512 | Página 285 Petição para emendar o parágrafo 512 do Livro de Doutrinas e Disciplina.

Rejeitada em favor de: 53 Sim / 0 Não / 2 Abstenções.

Petição n.º 1182 | ¶512.1 | Página 289 Esclarecimento sobre a nomeação de pastores suplentes

Rejeitada em favor de: 53 Sim / 0 Não / 2 Abstenções.

Petição n.º 1183 | ¶512.2 | Página 290 Esclarecimento sobre a extensão dos sacramentos aos pastores suplentes

Rejeitada em favor de: 53 Sim / 0 Não / 2 Abstenções.

Petição 1264 | ¶810.3 | Página 525 Unidade global, flexibilidade local: Eliminação do ¶810.3 – Comité de Aprovação

Rejeitadas em Favor de: 46 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição n.º 1328 | ¶518.6 | Página 304 Restauração da licença parental

Rejeitada em favor de: 47 Sim / 1 Não / 1 Abstenção.

Petição 1419 | ¶520 | Página 306 Supressão do parágrafo por contingência

Rejeitadas em Favor de: 48 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1420 | ¶517 | Página 299 Definição do período de mandato dos presbíteros e diáconos em situação regular na Igreja Metodista Global

Rejeitada em Favor de: 54 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1469 | ¶503.1 | Página 86 A celebração do santo matrimônio

Não Aprovadas conforme o Original: 51 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Apreciação Individual — Fora de uma Agenda de Consentimento

Petição 1233 | ¶516.1 | Página 295 Transferência do clero

Não aprovado na versão com emendas: 7 Sim / 47 Não / 3 Abstenções.

Emenda:

~~O clero que pretenda ser transferido deverá cumprir o seguinte: (a) Submeter-se a uma entrevista com a Junta do Ministério de acolhimento; (b) Submeter-se a uma verificação de antecedentes e/ou a testes psicológicos; (c) Autorizar a divulgação de registros pessoais da conferência e/ou da base de dados da Igreja Geral; (d) Autorizar a divulgação das avaliações do Superintendente Distrital e de outros registros do Gabinete; (e) quaisquer outros elementos exigidos pela conferência de acolhimento~~ A conferência de acolhimento terá acesso a todos os processos do clero que solicitem transferência antes de esta se concretizar.

TESTEMUNHO SOCIAL — 1 PETIÇÃO

Apreciação Individual — Fora de uma Agenda de Consentimento

Petição 1156 | ¶302 | Página 51 Atualização sobre as nossas testemunhas

Não Aprovada como Original: 38 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

SUPERINTENDÊNCIA — 17 PETIÇÕES

Agenda de Consentimento SUP-4A — Petições Apoiadas

Petição 1155 | ¶605.1 | Página 325 Coerência das nomeações para o Comité do Episcopado Global (3 de 3)

Apoiada como Original: 42 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1185 | ¶611.2 | Página 360 Esclarecimento sobre o estatuto dos bispos eméritos

Apoiada Conforme Emendada: 45 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

~~2. Um bispo aposentado que se junte à Igreja Metodista Global tornar-se-á um presbítero sênior e poderá ostentar o título de bispo emérito (¶613), se tal for concedido pelo Comité do Episcopado Global e pelo Conselho Conexional. Um bispo aposentado que se junte à Igreja Metodista Global tornar-se-á um presbítero sênior e poderá ostentar o título de bispo emérito (¶613), se tal lhe for concedido pelo Comité do Episcopado Global e pela Assembleia dos Bispos. Um bispo emérito deve ser um membro do clero da conferência anual da sua escolha e pode servir em qualquer capacidade permitida para o clero sênior (¶520).~~

Petição 1219 | ¶607 | Página 330 Esclarecimento das responsabilidades do superintendente da conferência

Aprovado na forma original: 44 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1220 | ¶609 | Página 338 Esclarecimento das responsabilidades dos Superintendentes Distritais

Apoiadas conforme Emendadas: 44 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

¶ 609. RESPONSABILIDADES DOS SUPERINTENDENTES DISTRITAIS. Como uma extensão do ofício de bispo e superintendente da conferência, o Superintendente Distrital deve supervisionar o ministério do clero e das igrejas nas comunidades do distrito para o qual é nomeado. ~~O superintendente distrital é o administrador em exercício~~

de qualquer cargo pastoral no qual possa surgir uma vaga pastoral, ou onde nenhum pastor é nomeado. O Superintendente Distrital assumirá as funções de responsável administrativo em qualquer mudança pastoral em que não tenha sido nomeado ou designado nenhum pastor. O superintendente distrital tem as seguintes responsabilidades específicas, que podem ser delegadas a outro presbítero pelo superintendente da conferência:

Oferecer apoio, acompanhamento e aconselhamento às igrejas e ao clero relativamente a questões que afetem o seu ministério. Em conjunto com o Bispo e o superintendente da conferência, salvaguardar, transmitir e proclamar a fé apostólica tal como está expressa nas Escrituras e na Tradição, numa Perspectiva wesleyana, comunicando e defendendo as doutrinas e a disciplina da igreja, tal como previsto no Livro de Doutrinas e Disciplina.

Em conjunto com o bispo e o superintendente da conferência, salvaguardar, transmitir e proclamar a fé apostólica tal como se expressa nas Escrituras e na Tradição, numa perspectiva wesleyana, comunicando e defendendo as doutrinas e a disciplina da igreja, conforme previsto no Livro de Doutrinas e Disciplina. Oferecer apoio, acompanhamento e aconselhamento às igrejas e ao clero relativamente a questões que afetem o seu ministério.

Desenvolver um sistema eficaz para o recrutamento de candidatos ao ministério. Em colaboração com o superintendente da conferência e o Gabinete, implementar um sistema eficaz para o recrutamento de candidatos ao ministério.

Manter contacto regular com o clero para aconselhamento e supervisão, e receber avaliações por escrito ou por via eletrónica de cada pastor, que incluam a Educação continuada, as práticas espirituais, o trabalho ministerial atual e os objetivos para o ministério futuro de cada clérigo nomeado ou leigo designado. Manter contacto regular com os pastores do distrito para aconselhamento e supervisão, e receber relatórios anuais, por escrito ou por via eletrónica, de cada pastor, que incluam a Educação continuada de cada pastor, as suas práticas espirituais atuais, o trabalho ministerial atual e os objetivos para o ministério futuro.

Conforme orientação do superintendente da conferência, o superintendente distrital deverá assegurar a manutenção adequada dos registos pertinentes de todas as pessoas nomeadas para os cargos, incluindo o clero no ministério de extensão. Conforme orientação do superintendente da conferência, o Superintendente Distrital deverá facilitar a manutenção adequada dos registos apropriados de todos os pastores do seu distrito, incluindo o clero no ministério de extensão.

Em consulta com o bispo, o superintendente da conferência e o gabinete, trabalhar no sentido de desenvolver a melhor implementação estratégica possível do clero no distrito, incluindo o realinhamento das paróquias, paróquias de maior dimensão, paróquias cooperativas, configurações com várias equipas, a plantação de novas igrejas e ministérios partilhados ecuménicos. Em consulta com o bispo, o superintendente da conferência, o gabinete e quaisquer igrejas ou ministérios afetados, trabalhar para desenvolver a melhor implementação estratégica possível do clero no distrito, incluindo o reajustamento das responsabilidades pastorais, paróquias de maior dimensão, paróquias cooperativas, configurações com várias equipas, a plantação de novas igrejas e ministérios ecuménicos partilhados.

Petição n.º 1293 | 1607.1 | Página 332 Flexibilidade na delegação de deveres pelo superintendente da conferência

Apoiadas conforme o Original: 46 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1418 | 1603 | Página 312 Alterações à Parte 6 — A Superintendência

Apoiada Conforme Original: 40 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1427 | 1605.5 | Página 328 Esclarecimento das expectativas do GEC

Aprovado na forma original: 41 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1429 | 16XX | Página 310 Esclarecimento das expectativas dos Comitês de Episcopado das regiões

Apoiada Conforme Emendada: 45 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Emenda:

membro ex officio **Composição. Um comité de área sobre o episcopado será constituído da seguinte forma:**

Um comité de área sobre o episcopado será composto por um membro leigo e um membro do clero de cada Conferência Anual na área episcopal. Cada delegação da Conferência Geral elegerá um membro leigo e um membro do clero da Conferência Anual para o seu comité de área sobre o episcopado, conforme descrito no 1604.1b. Os eleitos não precisam ser membros da delegação. Aqueles que aceitaram uma nomeação para o

episcopado não são elegíveis para servir num comité de área sobre o episcopado;

Quando uma Conferência Anual se reunir após a Comissão da Conferência Geral fixar a alocação de delegados, a Conferência elegerá um leigo e um clérigo para representar a Conferência no Comité de Área sobre o Episcopado. As Áreas Emergentes não terão representação nos Comités de Área sobre o Episcopado;

Um membro ex officio será designado para cada comité de área sobre o episcopado pelo Comité do Episcopado Global. Este membro ex officio terá direito a voz, mas não a voto, no comité de área sobre o episcopado. A designação deste membro ex officio alternará a cada mandato de seis anos entre um membro leigo e um membro do clero. O propósito deste r é assegurar a articulação entre o trabalho da comissão regional e o do Comité do Episcopado Global;

Um comité de área sobre o episcopado elegerá os seus próprios oficiais;

Composição: Um Comité de Área sobre o Episcopado será composto por um membro leigo e um membro do clero de cada Conferência Anual pertencente à Área Episcopal.

a. O mais tardar 180 dias antes da abertura de uma Conferência Geral ordinária, cada conferência anual deverá eleger um membro leigo e um membro do clero, juntamente com, pelo menos, um membro leigo suplente e um membro do clero suplente, para integrar o seu Comité de Episcopado.

b. Uma pessoa que tenha aceiteado uma nomeação para o Episcopado não é elegível para integrar um Comité de Área sobre o Episcopado. Um membro da ACE que, posteriormente, aceite uma nomeação para o Episcopado deixará, por esse motivo, de ser membro do Comité de Episcopado.

c. Quando surgir uma vaga, o primeiro suplente disponível da mesma ordem assumirá o cargo pelo restante do mandato. Caso não haja nenhum membro eleito disponível, o Comité de Nomeações da Conferência Anual selecionará um membro leigo ou clérigo interino.

d. Os membros do Comité de Episcopado regional exercerão um mandato de seis anos, com início na data da convocação da assembleia plenária (¶604.3) pelo Comité do Episcopado Global e que se prolongará até ao início do mandato dos seus sucessores na próxima assembleia plenária regularmente agendada.

e. Cada comissão regional de Episcopado deverá eleger os seus próprios oficiais.

Petição 1432 | ¶611 | Página 358 Limitação da possibilidade de os bispos transferidos assumirem o estatuto de emérito

Aprovado na versão original: 41 Sim / 3 Não / 0 Abstenções.

Agenda de Consentimento SUP-4B — Petições rejeitadas

Petição 1015 | ¶609 | Página 336 Consolidação e clarificação das responsabilidades dos Superintendentes Distritais

Rejeitada em Favor de: 40 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição n.º 1052 | ¶610.7 | Página 350 Considerações e critérios para as nomeações

Rejeitada a favor de: 41 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1290 | ¶609 | Página 340 Flexibilidade na delegação de deveres pelo Superintendente da Conferência

Rejeitado com os seguintes resultados: 42 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1291 | ¶611.1 | Página 359 Remoção da autorização para que os bispos transferidos sejam atribuídos a uma Área Episcopal

Rejeitada a favor de: 41 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição n.º 1334 | ¶610.9 | Página 355 Ministros interinos

Rejeitada a favor de: 44 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1424 | ¶605 | Página 324 Afiliação ao GEC devidamente identificada

Rejeitada a favor de: 41 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Petição 1425 | ¶605.1 | Página 326 Alinhamento das nomeações da GEC com as comissões e conselhos

Rejeitada a favor de: 41 Sim / 0 Não / 0 Abstenções.

Apreciação Individual — Fora de uma Agenda de Consentimento

Petição 1288 | 1607 | Página 331 Alinhar o mandato do Superintendente da Conferência com o do Bispo

Aprovado tal como apresentado: 38 Sim / 6 Não / 3 Abstenções.



This page intentionally left blank.

Esta página está en blanco intencionalmente.

Cette page est intentionnellement laissée vierge.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Ukurasa huu umeachwa wazi kwa makusudi.

이 페이지는 의도적으로 비워 두었습니다.

ይህ ገጽ ሆኖ ተቀላቅሎ ባዶ ቀርቷል።

Эта страница намеренно оставлена пустой.

หน้านี้ปล่อยว่างโดยเจตนา
